

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Concurso Público C-204 – EDITAL Nº 001/2017 – SEAD/SUSIPE, de 15.12.2017

PROVA I – NÍVEL SUPERIOR

Nome do (a) candidato (a): _____

RG: _____ REGIÃO: _____

DATA: 20 de agosto de 2019 (1ª PROVA)

HORÁRIO: 8 as 12 h (MANHÃ)

DURAÇÃO: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 – Você recebeu do fiscal os seguintes materiais:

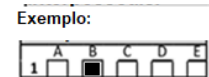
- a) **01 (um) Caderno**, com 56 (CINQUENTA E SEIS) questões objetivas, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo. Quando autorizado, examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.

1.Fundamentos Políticos e Sociológicos da Prisão e da Pena.	2.Fundamentos Jurídicos da Responsabilização Criminal.	3.Ética, Postura Profissional e Relações Interpessoais.	4.Tratamento e Diagnóstico do Sistema Penitenciário.	5.Administração Pública Aplicada ao Sistema Penitenciário Nacional(DEPEN).	6- Responsabilidade Administrativa e Penal do Servidor Penitenciário.	7-Inteligência Aplicada ao Sistema Prisional.
08 questões	08 questões	08 questões	08 questões	08 questões	08 questões	08 questões

- b) **01 (um) Cartão-Resposta**. Confira se está correto o seu nome, CPF, número da sua matrícula e região do cargo. Reproduza a frase através da escrita, assinse seu nome por extenso no espaço indicado. O cartão resposta é dividido por disciplina, seguindo a numeração de 1 a 8, por disciplina.

02 – Esta prova terá duração de 4 (quatro) horas, com início às 8h e término 12 h.

03 – No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o interno do quadrado, com **caneta esferográfica transparente** de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa, conforme o exemplo ao lado.



espaço conforme o

04 – Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **05 (cinco)** alternativas classificadas com as letras (**A, B, C, D, E**), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

05 – **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, relógio, dentre outros aparelhos eletrônicos (ainda que desligados), papéis apostilas, revistas, ou quaisquer material de consulta;
- b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portanto o Cartão de Respostas.

06 – Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após **1 (uma) hora** a partir do início da prova. O candidato que por qualquer motivo ou recusa, **não** permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

07– Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.

08 – Quaisquer questionamentos sobre a prova, deverão ser encaminhados por via de recurso de acordo com as orientações dispostas no edital **44/2019 – SEAD/SUSIPE, de 05 de agosto de 2019, publicado no site da Susipe.**

09 – O candidato não poderá levar o caderno de Questões

10 – Os candidatos poderão deixar a sala de prova para ir ao banheiro somente 30 minutos após o início da prova, acompanhado do fiscal volante.

EIXO INTRODUTÓRIO

1. FUNDAMENTOS POLÍTICOS E SOCIOLÓGICOS DA PRISÃO E DA PENA

QUESTÃO 01 – Historicamente as prisões passaram por um longo processo evolutivo, sendo que, na antiguidade, os presos não possuíam direito a um processo justo e razoável. Nesse sentido, a masmorra, prisão típica da antiguidade, pode ser descrita como:

- a) Ambiente carcerário arejado, limpo e amplo.
- b) Ambiente carcerário constituído por celas simples, mas arejadas nos castelos reais.
- c) Um tipo de prisão que normalmente se situava em pisos inferiores (cômodos escuros e lúgubres, ao abrigo do sol) de castelos e que tinha como função reter prisioneiros, muitas vezes por longos períodos.
- d) Prisões nos quais as pessoas ficavam pouco tempo e tinham liberdade para sair nos finais de semana.
- e) Era um acessório de um processo punitivo que se baseava no tormento psicológico e moral do preso.

QUESTÃO 02 – A Idade Média, entre os anos de 476 a 1453 – caracterizou-se pela economia feudal e a supremacia da Igreja Católica – o cárcere nesse período histórico pode ser caracterizado como:

- a) Local destinado aos presos que passaram a ter direito a um processo justo e razoável, mas o ambiente prisional era fisicamente degradante.
- b) Uma oposição aos reis, pois a Igreja Católica reclamava um tratamento indigno para os presos.
- c) Local de custódia para conservar, aqueles que seriam submetidos a castigos corporais e à pena de morte (aguarda a submissão ao suplicio).
- d) Lugar destinado apenas aos presos para que, por meio de penitência, se arrependessem do mal e obtivessem a correção.
- e) Local em que os presos não tinham direito a um processo justo e razoável, mas as condições carcerárias eram bastante razoáveis.

QUESTÃO 03 – No século XVIII surgiu na Europa um movimento político e filosófico baseado no uso da razão contra o antigo regime monárquico, culminando em mudanças na pena do martírio para a pena privativa de liberdade. Esse movimento se chamou:

- a) Renascimento
- b) Jacobinismo
- c) Realismo
- d) Contra-Reforma
- e) Iluminismo

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa que não corresponde as características da Justiça restaurativa:

- a) Privilegia a proteção dos interesses das vítimas, uma vez que se trata da parte que sofreu perdas.
- b) É uma prática que considera a escuta de vítimas e ofensores e por meio desse diálogo provoca a sensibilização e tomada de responsabilidades entre os envolvidos em um conflito.
- c) Essa prática colabora com o juiz a antecipar a solução do conflito.
- d) Se o conflito é passível de diálogo entre vítima e ofensor, se houver disponibilidade e interesse, o juiz pode encaminhar o processo a uma equipe de facilitadores formados que vai atender as partes, orientando sobre esse procedimento.
- e) A abordagem leva as partes à autorreflexão do que levou à ofensa e essa reflexão já é restaurativa, e contribui ao processo porque a vítima é ouvida, e tem uma perspectiva de tentar evitar a reincidência.

QUESTÃO 05 – A Pena de Privação de Liberdade também conhecida como pena de prisão, ou ainda pela sigla PPL, são aquelas que têm como objetivo privar o condenado do seu direito de locomoção (ir e vir) recolhendo-o à prisão. São espécies de penas privativas de liberdade prevista no Código Penal:

- a) A detenção e a remissão
- b) A detenção e a reclusão**
- c) O Regime aberto e o regime fechado
- d) A reclusão e a remissão
- e) A conciliação e a reclusão

QUESTÃO 06 – A repressão é um tipo de ação política, geralmente (mais nem sempre) tomada por parte do Estado para conter e calar manifestações de oposição, subversão e dissidência ao regime estabelecido. A repressão política é típica de regime de força como o autoritarismo o absolutismo as ditaduras militares e o totalitarismo. Em segurança pública, a repressão é:

- a) Uma organização jurídica ocupando um território definido e onde normalmente a lei máxima de uma nação.
- b) Uma Estratégia central dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente.
- c) Uma organização do Estado soberano, sintetizado pela máxima "Um governo, um povo, um território".
- d) Uma estratégia central para contenção e prevenção de crimes, principalmente no caso do crime organizado. Em geral, ações bem-sucedidas de repressão costumam ser acompanhadas por eficiente trabalho de inteligência.
- e) O controle social necessário para prevenção de crime em geral ações bem-sucedidas.

QUESTÃO 07 – O direito brasileiro criou um elenco de penas alternativas. Marque abaixo a única alternativa errada, ou seja, que não integra o catálogo de penas alternativas:

- a) Limitação de fim de semana
- b) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas
- c) Prestação pecuniária
- d) Remissão da pena pela leitura de livros
- e) Interdição temporária de direitos

QUESTÃO 08 – O cumprimento de pena no regime fechado se destina à:

- a) Execução da pena em qualquer tipo de estabelecimento prisional desde que tenha muralha.
- b) Execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- c) Execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.
- d) Execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- e) Execução da pena em casa em domicílio ou estabelecimento adequado.

EIXO INTRODUTÓRIO

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL

QUESTÃO 01 – Responsabilização Criminal é o dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável. Marque abaixo a única alternativa errada, portanto, que não está de acordo com o que prescreve o direito brasileiro:

- a) A inimputabilidade absoluta significa que, não importam as circunstâncias, a pessoa não poderá ser responsabilizada pelos delitos praticados.
- b) A inimputabilidade relativa se refere a certas categorias definidas em lei e a pessoa poderá, ou não, ser penalmente responsabilizada por seus atos, dependendo da análise individual de cada caso na Justiça.
- c) Doença mental (crônica ou transitória) é causa de inimputabilidade da pessoa que comete um delito.
- d) No ordenamento jurídico brasileiro, a pena pode passar eventualmente da pessoa do condenado para alcançar seus familiares.
- e) Ao inimputável será aplicada uma medida de segurança.

QUESTÃO 02 – Existem grupos de teorias que tentam conceituar a finalidade da pena. Assinale abaixo a única alternativa errada sobre esses grupos de teorias:

- a) Para a teoria absoluta, a pena é um castigo e uma consequência pelo crime realizado, não possuindo qualquer outro desiderato.
- b) Para a teoria relativa, as penas têm por objetivo a prevenção de novos delitos, ou seja, busca obstruir a realização de novas condutas criminosas; impedir que os condenados voltem a delinquir.
- c) A teoria mista considera que a pena tem a dupla função de retribuir ao condenado o mal causado, bem como prevenir que o condenado e a sociedade busquem o cometimento de novas condutas criminosas.
- d) A teoria da liberdade plena defende que toda pena restritiva da locomoção seja abolida, uma vez que as prisões perderam o sentido na sociedade da informação.
- e) Nenhuma das respostas acima.

QUESTÃO 03 – Sobre o encarceramento no Brasil, assinale a única resposta que está errada:

- a) O Brasil possui a terceira maior população prisional do planeta atrás de China e Estados Unidos.
- b) O Brasil possui a terceira maior população prisional do planeta atrás de Estados Unidos e Rússia.
- c) Segundo estudo divulgado em 2018 pela Pastoral Carcerária, o Brasil possui mais de 725 mil pessoas presas.
- d) O sistema prisional brasileiro enfrenta problemas de superlotação, apesar da construção de novas unidades prisionais.
- e) quase metade dos 725 mil detentos brasileiros não têm condenação definitiva, mais da metade estão presos por crimes não violentos e mais de 70% estão nas penitenciárias devido a crimes contra o patrimônio ou pequeno comércio ilegal de drogas.

QUESTÃO 04 – Sobre o sistema de justiça penal brasileiro, marque abaixo a única alternativa errada:

- a) Os Poderes Executivo e Judiciário integram o sistema de justiça penal brasileiro.
- b) O sistema se organiza em três frentes principais de atuação: segurança pública, justiça criminal e execução penal.
- c) O sistema se organiza em duas frentes principais de atuação: justiça criminal e execução penal.
- d) As competências dos órgãos judiciários são determinadas pela Constituição Federal.
- e) O Poder Judiciário no âmbito federal é composto pelas justiças especializadas – Justiça do Trabalho, eleitoral e militar; e Justiça comum, constituída pelos juízes federais e pelos Tribunais Regionais Federais.

QUESTÃO 05 – A remissão da pena, como instituto jurídico previsto na LEP, apresenta algumas características. Marque abaixo a única alternativa errada sobre a remissão da pena:

- a) O preso poderá remir, pelo trabalho ou estudo, parte da pena que tem a cumprir.
- b) Para cada 3 (três) dias de trabalho, será remido 1 (um) dia de pena.

- c) Para cada 12 (doze) horas de frequência escolar, será remido 1 (um) dia de pena.
- d) Para cada 24 (vinte e quatro) horas de frequência escolar, será remido 1 (um) dia de pena.
- e) Nenhuma das respostas acima.

QUESTÃO 06 – A saída temporária, prevista no art. 122 da LEP, se destina aos condenados que cumprem pena em regime semiaberto que poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta. Marque abaixo a alternativa que não fundamenta a autorização para saída temporária:

- a) Participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.
- b) Visita à família.
- c) Frequência ou participação em evento esportivo de grande vulto ou importância.
- d) Frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2o grau ou superior, na Comarca do juízo da Execução.
- e) Nenhuma das respostas acima.

QUESTÃO 07 – Sobre as faltas disciplinares cometidas pelos presos, marque abaixo a alternativa errada:

- a) As leves e médias estão previstas no Regimento Interno da SUSIPE.
- b) As faltas graves estão previstas na Lei de Execução Penal.
- c) As faltas graves, mesmo que não tenha se concretizado, devem ser alvo de apuração e aplicação de sanção.
- d) É obrigatória a instauração do Processo Disciplinar Penitenciário – PDP - para apurar as faltas graves praticadas pelos presos.
- e) A fuga se constitui em falta leve, uma vez que todo preso tem o direito de fugir se não se adaptar ao ambiente carcerário.

QUESTÃO 08 – A Constituição Federal de 1988 propõe dois princípios para a Responsabilização Criminal, que são:

- a) Legalidade e Pessoalidade
- b) Ilegalidade e Impessoalidade
- c) inimputabilidade absoluta e inimputabilidade relativa
- d) Liberdade e equidade
- e) Pena e reclusão

EIXO INTRODUTÓRIO

3. ÉTICA, POSTURA PROFISSIONAL E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

QUESTÃO 01 – Um dos problemas recorrentes identificados nas organizações está relacionado ao “mal das reuniões improdutivas”. Desta forma, para que uma reunião possa ser caracterizada como produtiva, ela precisa:

- a) Ser não intencional e espontânea.
- b) Ser objetiva e preparada previamente pelos participantes.
- c) Possibilitar a participação parcial da equipe.
- d) Ser subjetiva e não apresentar encaminhamento para as ações tratadas.
- e) Não apresentar resultados práticos.

QUESTÃO 02 – Equipes que buscam executar processos e construir projetos de forma eficiente e em alto nível, requerem empenho no aprimoramento de algumas qualidades estratégicas para o alcance dos objetivos organizacionais. Deste modo, a qualidade relacionada “a liberdade dada aos membros da equipe para que tragam e exponham suas ideias, conhecimentos, experiências e motivação, a fim de enriquecerem o capital intelectual de toda a equipe que compartilhará das informações” se intitula:

- a) Diversidade
- b) Adaptação
- c) Cooperação
- d) Empowerment
- e) Autogerenciamento

QUESTÃO 03 – A qualidade relacionada ao “Constante treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, além de se apresentar como preocupação prioritária para uma equipe que pretende se manter com alta performance e evolução” se intitula:

- a) Diversidade
- b) Desenvolvimento
- c) Adaptação
- d) Cooperação
- e) Autogerenciamento

QUESTÃO 04 – Virtude consiste em conhecer as suas próprias limitações e fraquezas e agir de acordo com essa consciência. Refere-se à qualidade daqueles que não tentam se projetar sobre as outras pessoas, nem mostrar ser superior a elas. É, também, considerada pela maioria das pessoas como a virtude que dá o sentimento exato do nosso bom senso ao nos avaliarmos em relação às outras pessoas. É correto afirmar que o texto trata do conceito da seguinte virtude:

- a) diligência.
- b) caridade.
- c) justiça.
- d) paciência.
- e) humildade.

QUESTÃO 05 – É comum se dizer que ética e moral são a mesma coisa. Na verdade, são conceitos diferentes. Enquanto a ética diz respeito à disciplina teórica e à sistematização por meio de regras a serem seguidas e que estabelecem o que é bom para a coletividade, podemos afirmar que a **moral**

- a) diz respeito ao indivíduo inserido no contexto social, na prática cotidiana.
- b) é a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.
- c) corresponde as normas que regulam as condutas entre os agentes sociais.
- d) são discursos normativos que identificam, em cada coletividade, o que é certo ou errado fazer.
- e) é um conjunto de conhecimentos que são extraídos da investigação do comportamento humano.

QUESTÃO 06 – O termo cidadania, etimologicamente, tem origem no latim civitas, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada – um país – e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma Constituição. Ao contrário dos direitos humanos, que tendem à universalidade dos direitos do ser humano na sua dignidade, a cidadania moderna, embora influenciada por aquelas concepções mais antigas, possui um caráter próprio e possui duas categorias, que são:

- a) Legal e ilegal
- b) Moral e amoral
- c) formal e substantiva
- d) Objetiva e subjetiva
- e) Concreta e abstrata

QUESTÃO 07 – A cidadania esteve e está em permanente construção. É um referencial de conquista da humanidade por meio daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas e não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado, seja de outras instituições. A cidadania é, portanto,

- a) a doação voluntária de ajuda aos necessitados, como um ato humanitário.
- b) apresentada como uma despertadora do real valor do eu e ao mesmo tempo como mediadora para que a vontade se disponha a aceitar o concurso do entendimento, acabando assim a causa do erro.
- c) virtude em que a pessoa ou o animal tem quando acrescenta algo ao próximo. Ela se aplica também quando a pessoa que dá algo a alguém tem o suficiente para dividir ou não.
- d) O conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo.
- e) a característica de manter um controle emocional equilibrado, sem perder a calma, ao longo do tempo.

QUESTÃO 08 – O funcionário que trabalha no Sistema Penitenciário realiza um importante serviço público de alto risco, por salvaguardar a sociedade civil contribuindo através do tratamento penal, da vigilância e custódia da pessoa presa no sistema prisional durante a execução da pena de prisão, ou de medida de segurança, conforme determinadas pelos instrumentos legais. Desta sorte, existe a necessidade de que os Agentes Penitenciários apresentem um perfil adequado para o efetivo exercício da função, requer, pois um engajamento e um compromisso para com a instituição a que pertencem. Devem ter atitudes:

- a) Compreensiva e verdadeira, para corroborar com mudanças do preso, e realizá-las em um espírito de solidariedade.
- b) Vigilante e hostil, para contribuir com a moral e bons costumes.
- c) Estratégicas e criteriosas, para corroborar com mudanças no trato do homem preso, e realizá-las em um espírito de legalidade e ética.
- d) Dinâmica e ativa, para corroborar com mudanças no trato do agente preso e realizá-las em um espírito de legalidade e moral.
- e) Estratégicas e punitivas, para corroborar com mudanças no trato do agente preso, e realizá-las em um espírito de moral e ética.

EIXO INTRODUTÓRIO

4. TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

QUESTÃO 01 – Tratamento penitenciário está associado, via de regra, a contribuir com a reintegração social da pessoa presa ou egressa do sistema penitenciário, que por sua vez consiste em:

- a) Processo dialogal ao qual o condenado tem direito, mas que não lhe é obrigatório.

- b) Desafios para a Superação de Óbices Individuais das Pessoas Privadas de Liberdade.
- c) Gerar efeitos que coloca em xeque a visão clássica e negativa do tratamento penitenciário.
- d) Processo constitucional ao qual o preso tem direito.
- e) Determinar ação ou efeito de humanizar, de tornar humano ou mais humano o agente.

QUESTÃO 02 – No sistema penitenciário brasileiro, falar de humanização é um desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade, pois a conduta dos agentes públicos responsáveis pela custódia de pessoas presas deve atentar para:

- a) o propósito de minimizar o encarceramento de caráter degenerativo e garantir o que determina a Constituição Federal de 1988.
- b) O propósito de refletir o sistema prisional e garantir a normalidade que determina a Lei de Execução Penal – LEP de modo a conscientizar as famílias dos apenados.
- c) O propósito de sucumbir o encarceramento de caráter humanitário e garantir a assistência que determina a justiça comum, orientando e conscientizando o retorno do apenado ao convívio em sociedade.
- d) O propósito de minimizar o encarceramento de caráter punitivo e garantir a assistência que determina a Lei de Execução Penal – LEP, orientando e conscientizando o retorno do apenado ao convívio em sociedade.
- e) O objetivo de determinar o encarceramento de caráter humano e inclusivo para garantir a assistência material que determina a Lei de Execução Penal – LEP.

QUESTÃO 03 – Para cada assistência elencada na Lei de Execução Penal – LEP existe, direta ou indiretamente, uma política pública proporcional, cujo conjunto é tratado como:

- a) Políticas Prisionais
- b) Políticas Sociais
- c) Medidas Protetivas
- d) Justiça Restaurativa
- e) Segurança Pública

QUESTÃO 04 – A Declaração Universal dos Direitos Humanos representa o marco legal que buscou consagrar os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, direitos esses também previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 1º, inciso III), que consagra o Estado Democrático de Direito. No contexto normativo apresentado, o principal objetivo dos legisladores busca:

- a) Abranger todas as categorias de egressos, posto que, da integridade, humanidade, aptidão pessoal e capacidade, dependerá a boa direção dos estabelecimentos penitenciários.
- b) Tomar como base a obrigatoriedade de estabelecer uma conduta pautada no respeito à condição humana inerente à pessoa livre.
- c) Salvar a dignidade da pessoa humana como valor intrínseco, independente de qualquer outra condição/situação.
- d) Restringir a dignidade da pessoa humana como condição inafastável e presente na figura do apenado.
- e) Garantir a reeducação e reinserção social dos apenados.

QUESTÃO 05 – O tratamento penitenciário pode ser compreendido como um conjunto de ações de diversas áreas do saber, ou seja, ações interdisciplinares na fase executória da pena, que tem como finalidade precípua, a reeducação do preso, desde a sua inclusão no sistema penitenciário até a sua devolução a sociedade. Na perspectiva teórica, tratamento penitenciário diz respeito ao:

- a) Ideário ressocializador
- b) Ideário punitivo
- c) Ideário normativo
- d) Ideário legalista
- e) Ideário pedagógico

QUESTÃO 06 – De acordo com o Manual de Tratamento Penitenciário do DEPEN, o tratamento penitenciário deve ser desenvolvido a partir de:

- a) “ações, projetos e programas que devem, sempre, ser planejadas e executadas de forma individual, com a participação dos egressos do sistema penitenciário (...)”.
- b) “ações planejadas que devem ser executadas de forma maciça com a participação de operadores da política social (...)”.
- c) “programas que devem, sempre que possível, ser planejados e executados de forma integrada, com a participação de todos os operadores (...)”.
- d) “projetos sociais que devem, sempre, ser executados com a participação de todos os operadores (...)”.
- e) “ações, projetos e programas devem, sempre, ser planejadas e executadas de forma integrada, com a participação de todos os operadores (...)”.

QUESTÃO 07 – À Diretoria de Reinserção Social, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete:

- a) Planejar, coordenar, supervisionar, executar, monitorar, promover, fomentar e avaliar as atividades de assistência ao egresso e família, dar educação prisional e laboral à pessoa presa e internada do Sistema Penitenciário.
- b) Planejar, coordenar, supervisionar, executar, monitorar, promover, fomentar e divulgar as atividades de assistência ao egresso, dar educação formal à pessoa presa e internada do Sistema Penitenciário.
- c) Planejar, supervisionar, executar, monitorar, promover e fomentar as atividades de assistência à família, dar educação básica à pessoa presa e internada do Sistema Penitenciário.
- d) Planejar, executar, monitorar, promover, fomentar e avaliar as atividades de assistência ao encarcerado e a família, dar educação prisional e laboral à pessoa presa e internada no Hospital Penitenciário.
- e) Planejar, coordenar, supervisionar, executar, monitorar, promover, fomentar e avaliar as atividades sociais ao egresso e sua família, dar educação laboral à pessoa presa e internada no Sistema fechado Penitenciário.

QUESTÃO 08 – À Diretoria de Assistência Biopsicossocial, subordinada diretamente à Diretoria Geral Penitenciária, compete:

- a) Planejar, coordenar, executar, supervisionar, monitorar, promover e avaliar as atividades de assistência social e de promoção à educação penitenciária e prevenção de doenças de pessoas presas e internadas no Sistema Penitenciário.
- b) Planejar, coordenar, executar, supervisionar, monitorar, promover e avaliar as atividades de assistência biopsicossocial e de promoção à saúde de egressos do Sistema Penitenciário.
- c) Planejar, coordenar, executar, supervisionar, monitorar, promover e avaliar as atividades de assistência biopsicossocial e de promoção à saúde e prevenção de doenças graves de pessoas presas e internadas no Hospital Penitenciário.
- d) Planejar, coordenar, executar, supervisionar, monitorar, promover e avaliar as atividades de assistência biopsicossocial e de promoção à saúde e prevenção de doenças de pessoas presas e internadas no Sistema Penitenciário.

e) Planejar, coordenar, executar, supervisionar, monitorar, promover e avaliar as atividades de assistência biopsicossocial e de promoção à saúde e prevenção de doenças infectocontagiosas de pessoas presas e internadas no Hospital Penitenciário.

EIXO INTERMEDIÁRIO

5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA AO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)

QUESTÃO 01 – Para que se obtenha êxito na gestão prisional é necessário:

- a) Planejamento, que se resume a plano de ações elaborado no intuito de se atingir objetivos previamente estabelecidos.
- b) Procedimentos administrativos e operacionais das unidades prisionais.
- c) Promover a articulação e integração do Sistema Penitenciário Estadual com os demais órgãos do Sistema Nacional de Segurança Pública.
- d) Desenvolver protocolos de classificação de pessoas presas, com vistas a individualizar a custódia cautelar.
- e) Manter e administrar o planejamento por meio de seus estabelecimentos penais.

QUESTÃO 02 – A Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), criada pela Lei nº 4.713, de 26 de maio de 1977, transformada em Autarquia pela Lei nº 6.688, de 13 de setembro de 2004, dotada de autonomia administrativa e financeira e vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), tem por missão institucional:

- a) Planejar e avaliar a Política de Segurança Pública nas Unidades Penitenciárias em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.210, de 11/07/1984 - Lei de Execução Penal.
- b) Planejar, cooperar, implementar, avaliar a custódia, reeducação e reintegração social de pessoas presas, internadas, egressos e seus familiares, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
- c) Desenvolver ações de reintegração social de pessoas presas e seus familiares, internadas e egressos, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
- d) Planejar, coordenar, implementar, fiscalizar e executar a custódia, reeducação e reintegração social de pessoas presas, internadas e egressos, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
- e) Fiscalizar a manutenção de pessoas presas em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.

QUESTÃO 03 – É composto por processos que envolvem elaboração de leis e tramitação para aprovação do legislativo, a fim de que resulte na peça orçamentária para determinado exercício

- a) Ciclo orçamentário
- b) Planejamento Orçamentário
- c) Receita Pública
- d) Arrecadação
- e) Recolhimento

QUESTÃO 04 – Analise os itens abaixo e assinale uma alternativa correta:

- I. Plano Plurianual (PPA): longo prazo. Dura 4 anos (1 mandato).
- II. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): médio prazo e curto prazo. Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual em consonância com o PPA.

III. Lei Orçamentária Anual (LOA): curto prazo. Nele, estão inseridos o orçamento de seguro social, investimento de estatais e orçamento fiscal (receitas).

- a) I e III estão corretas
- b) I e II estão corretas
- c) I, II e III estão corretas
- d) Somente I está correta
- e) Somente II estão correta

QUESTÃO 05 – O contrato administrativo tem as seguintes características:

- a) Formal, oneroso, comutativo e intuitu personae.
- b) Formal, cumulativo, comutativo e intuitu personae.
- c) Formal, oneroso, orçamentário e intuitu personae.
- d) Informal, oneroso, comutativo e intuitu personae.
- e) Formal, objetivo, comutativo e intuitu personae.

QUESTÃO 06 – Deve nortear toda a Administração Pública, principalmente no procedimento licitatório:

- a) Princípio da legalidade
- b) Princípio da probidade
- c) Princípio do julgamento objetivo
- d) Princípio do julgamento subjetivo
- e) Princípio compulsório

QUESTÃO 07 – Princípio pelo qual o objeto da licitação deve ser atribuído ao vencedor do certame. Em caso de contratação, a Administração é obrigada a celebrar a avença com o licitante que se sagrou vitorioso (adjudicatário).

- a) Princípio da adjudicação relativa
- b) Princípio da adjudicação absoluta
- c) Princípio da adjudicação legal
- d) Princípio da adjudicação orçamentária
- e) Princípio da adjudicação compulsória

QUESTÃO 08 – A publicidade consiste em elemento indispensável na atuação da Administração Pública. Constitui princípio geral para a Administração Pública e específico no procedimento licitatório:

- a) Princípio da Publicidade e sigilo orçamentário
- b) Princípio da legalidade e sigilo na apresentação das propostas
- c) Princípio da Publicidade e sigilo na apresentação das propostas
- d) Princípio da Institucionalidade
- e) Princípio Orçamentário Público

EIXO INTERMEDIÁRIO

6. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E PENAL DO SERVIDOR PENITENCIÁRIO

QUESTÃO 01 – Os princípios da administração pública estão previstos no corpo do texto da Constituição Federal de 1988. O artigo 37, dispõe com clareza aquilo que vai guiar os procedimentos e o funcionamento da administração pública. O Art. 37 propõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]. Analise as assertivas com a definição de cada um dos princípios:

I. Legalidade – Em toda sua atividade funcional, os servidores da administração pública sempre deverão fazer aquilo que está disposto em lei, sendo causa de nulidade os atos praticados que não guardarem obediência ao referido princípio.

II. Impessoalidade – exige que os servidores devam ser impessoais no trato com a ‘coisa pública’, ou seja, nunca deverá haver privilégios, interesses ou discriminações.

III. Moralidade – respeito aos princípios constitucionais de razoabilidade, consistindo em pressuposto de validade de todo ato prisional.

IV. Publicidade – todas as decisões tomadas no seio da administração pública devem ser de conhecimento de todos. Visa o princípio entregar transparência aos atos.

V. Eficiência – Resultados negativos. Combate o funcionamento apenas pautado na legalidade, mas exige boa administração dos servidores.

- a) Somente I e II estão corretas
- b) Somente I e IV estão corretas
- c) Somente II e III estão corretas
- d) Somente I, II e IV estão corretas
- e) Somente I, II e V estão corretas

QUESTÃO 02 – O não respeito aos deveres e o cometimento de alguma das proibições elencadas no Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Pará (RJU-PA), têm como consequência a punição do servidor. É o entendimento do próprio RJU em seu Artigo 179 que menciona as responsabilidades nos mais variados ramos jurídicos: Civil, penal e administrativo. A depender da conduta cometida pelo servidor, poderá inclusive ser punido em mais de uma seara. Na forma administrativa poderá responder com:

a) Advertência (Reclusão); Suspensão; Demissão; Cassação ou disponibilidade e Destituição do Cargo em comissão ou função comissionada.

b) Advertência (Repreensão); Suspensão (Aposentadoria); Demissão; Cassação da aposentadoria e Destituição do Cargo em comissão ou função comissionada.

c) Advertência (Repreensão); Suspensão (Conversível em multa); Demissão; Cassação da aposentadoria ou disponibilidade e Destituição do Cargo em comissão ou função comissionada.

d) Advertência (Representação); Suspensão (Conversível em multa); Demissão; Cassação da nomeação.

e) Advertência (Cassação); Suspensão; Demissão; Suspensão temporária da aposentadoria ou disponibilidade e Destituição do Cargo em comissão ou função comissionada.

QUESTÃO 03 – As faltas disciplinares mais graves dão ensejo a instauração do Processo Administrativo Disciplinar que necessariamente redundará nas:

a) punições de suspensão por 20 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou destituição de cargos em comissão ou de função comissionada.

b) punições por mais de 10 dias, demissão e destituição de cargos.

c) punições de suspensão por mais de 15 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou destituição de cargos em comissão ou de função comissionada.

d) punições de suspensão, demissão, cassação ou disponibilidade de cargos em comissão.

e) punições de suspensão por mais de 30 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou destituição de cargos em comissão ou de função comissionada.

QUESTÃO 04 – A sindicância constitui mero ato de elucidação de irregularidades no desempenho das funções do servidor público para conseqüente instauração do Processo administrativo e a punição do infrator, podendo ser autônoma (Hipótese em que as punições se materializam ao final da própria sindicância) ou meramente investigatória, que tem por finalidade:

- a) Colher subsídios para a instauração do Processo Administrativo Disciplinar.
- b) Instruir o processo, oportunidade em que o acusado poderá acompanhar pessoalmente a todos os atos.
- c) Zelar pelo efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório.
- d) Colher provas e solicitar prazo para que a defesa se manifeste
- e) Responder penalmente por algumas condutas.

QUESTÃO 05 – A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade, sendo apurada através de:

- a) Um processo da Justiça Comum que irá receber todas as informações relacionadas aos fatos narrados e ao final emanar uma sentença que determinará a absolvição do acusado, baseado em tudo que fora apresentado de fatos e provas.
- b) Um processo Judicial (Poder Judiciário) que irá receber todas as informações relacionadas aos fatos narrados e ao final emanar a condenação ou absolvição do acusado, baseado nas provas da instituição.
- c) Um processo criminal que irá receber todas as informações relacionadas aos fatos narrados e ao final emanar uma sentença que determinará a condenação, baseado em tudo que fora apresentado de fatos e provas.
- d) Um processo Judicial (Poder Judiciário) que irá receber todas as informações relacionadas aos fatos narrados e ao final emanar uma sentença que determinará a condenação ou absolvição do acusado, baseado em tudo que fora apresentado de fatos e provas.
- e) Um processo Penal que irá receber todas as informações relacionadas aos fatos narrados e ao final emanar uma sentença que determinará a condenação ou absolvição do acusado, baseado nas provas de crimes graves.

QUESTÃO 06 – Consiste na prática da função pública a que é atribuída ao servidor de maneira que retarde ou deixe de praticar o que deveria fazê-lo ou mesmo que o faça, sendo contrário a lei, somente para satisfação dos interesses pessoais, conduta esta que é punida com a pena de 3 meses a 1 ano de detenção, e multa.

- a) Prevaricação
- b) Sentença
- c) Sansão
- d) Peculato
- e) Corrupção

QUESTÃO 07 – A Prisão do servidor público estadual merece respectiva atenção assim como são as prisões voltadas para as pessoas comuns do povo. Podem ter sua respectiva prisão preventiva decretada na medida em que cumprem um dos requisitos do Código de processo penal, ou seja, os requisitos inculpidos no artigo 312 do mencionado diploma legal. Terá sua prisão preventiva decretada, no decorrer do processo penal, antes da sentença penal, o servidor que:

- a) Prejudicar a garantia da ordem pública, garantia da ordem social e a aplicação da lei penal.

- b) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la.
- c) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei.
- d) Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário.
- e) Prejudicar a garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.

QUESTÃO 08 – Os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral estão previstos entre os artigos 312 e 326 do código penal. Cada artigo do código trata de uma conduta específica considerada como crime, dos quais pode-se destacar:

- a) O peculato (art. 312); Concussão (art. 316); Corrupção Passiva (art. 317); Prevaricação (art. 319); Condescendência criminosa (art. 320); e o crime do art. 319-A que disciplina a pena para o diretor da penitenciária ou agente público que facilita o uso de telefone celular ao preso ou que lhe permita contato com o ambiente externo.
- b) O peculato (art. 312); Concussão (art. 316); Corrupção Passiva (art. 317); Prevaricação (art. 319); Condescendência criminosa (art. 320); e o crime do art. 319-A que disciplina a pena para o Secretário da SUSIPE.
- c) O peculato (art. 312); Condenação (art. 316); Corrupção Ativa (art. 317); Prevaricação (art. 319); Condescendência penal (art. 320); e o crime do art. 319-A que disciplina a pena para o diretor da penitenciária ou agente público que facilita o uso de telefone celular ao preso ou que lhe permita contato com o ambiente externo.
- d) O peculato (art. 312); Concessão (art. 316); Corrupção Objetiva (art. 317); Prevaricação (art. 319); Condescendência criminosa (art. 320); e o crime do art. 319-A que disciplina a pena para o funcionário da penitenciária que facilita o uso de telefone celular ao preso ou que lhe permita contato com o ambiente externo.
- e) O peculato (art. 312); Concisão (art. 316); Corrupção (art. 317); Prevaricação (art. 319); Condescendência criminosa (art. 320); e o crime do art. 319-A que disciplina a pena para o diretor da penitenciária que dificulte o uso de telefone celular ao preso ou que lhe permita contato com o ambiente externo.

EIXO INTERMEDIÁRIO

7. INTELIGÊNCIA APLICADA AO SISTEMA PRISIONAL

QUESTÃO 01 – A atividade de Inteligência Penitenciária IPEN auxilia no monitoramento das condições de funcionamento dos presídios, especialmente na produção de conhecimento sobre a segurança das unidades penitenciárias e, muito particularmente, no acompanhamento da evolução das facções. Pode-se dizer que a IPEN atua:

- a) De forma preventiva, antevendo prováveis ocorrências e debelando focos de tensão e crises, evitando confrontos.
- b) De forma estratégica nas atividades da Segurança Ativa que visam detectar, identificar, avaliar e neutralizar ações adversas.
- c) De forma ativa nas medidas destinadas a detectar, identificar, avaliar e neutralizar ações e ameaças terroristas.
- d) De forma cautelar no acesso e a possibilidade e/ou a oportunidade de uma pessoa obter dados ou conhecimentos sigilosos.
- e) No comprometimento da ativa segurança de dados ou conhecimentos sigilosos.

QUESTÃO 02 – Convém destacar que a IPEN foi fortalecida com a publicação da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária (DNIPEN), em abril de 2013. Os conceitos, características, princípio, normas e metodologia são aplicados em todo o território nacional. Ela tem por objetivo:

- a) Auxiliar na produção de provas para a tomada de decisões ativas no âmbito penitenciário.
- b) Auxiliar na produção de conhecimento para a tomada de decisões estratégicas no âmbito penitenciário.
- c) Auxiliar principalmente nas unidades penais quanto ao levantamento de provas.
- d) Detectar as trincheiras do crime organizado, onde as facções dominam, conduzem e organizam o comércio ilegal das drogas.
- e) Detectar a produção de conhecimento para a tomadas de decisões no âmbito judiciário e civil.

QUESTÃO 03 – São finalidades da Inteligência Penitenciária:

- I. Proporcionar diagnósticos e prognósticos sobre a evolução de situações de interesse do Sistema Penitenciário, subsidiando seus usuários no processo decisório;
- II. Contribuir para que o processo interativo entre usuários e profissionais de Inteligência produza efeitos cumulativos, aumentando o nível de efetividade desses usuários e de suas respectivas organizações;
- III. Subsidiar o planejamento estratégico integrado do Sistema e a elaboração de planos específicos para as diversas organizações do Sistema de Segurança Pública;
- IV. Apoiar diretamente com informações relevantes as operações de segurança do Sistema Penitenciário;
- V. Prover alerta avançado para os responsáveis civis e militares contra crises, grave perturbação da ordem pública, ataques surpresa e outras intercorrências;
- VI. Auxiliar na investigação de delitos graves nas dependências da Unidade Penitenciária.

- a) Somente I, II, III e IV estão corretas
- b) Somente I, II, IV e V estão corretas
- c) Somente I, II, III e VI estão corretas
- d) Somente II, III e VI estão corretas
- e) Somente I, II, III, IV e V estão corretas

QUESTÃO 04 – A atividade de IPEN possui dois ramos: a Inteligência e a Contraineligência. Inteligência é o ramo da IPEN que se destina à produção de conhecimentos de interesse do Sistema Penitenciário. Enquanto que a Contraineligência é:

- a) o ramo da IPEN que se destina a produzir provas de crimes graves para a proteção da atividade de Inteligência e da instituição a que pertence.
- b) o ramo da IPEN que se destina a produzir conhecimentos para a proteção da atividade de Inteligência e da instituição a que pertence.
- c) o ramo da IPEN que se destina a produzir políticas para a manutenção da atividade de Inteligência e da instituição a que pertence.
- d) o ramo da IPEN que se destina a conhecer a atividade de Inteligência da instituição a que pertence para defesa dos apenados.
- e) o ramo da IPEN que se destina a construir estratégias para a proteção da atividade de Inteligência e do sistema penitenciário.

QUESTÃO 05 – Considerando a necessidade de um Sistema de Inteligência que possa, em face da dinâmica da segurança pública, realizar um permanente processamento de dados, visando à produção de conhecimentos relativos à criminalidade e à violência, bem como a necessidade de ampliar, integrar e otimizar a tramitação desses conhecimentos e das ações dos diversos órgãos de Inteligência, foi criado, através da Lei n. 9.833, de 07/12/1999, o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN. A partir da sua criação, foram criadas os Subsistemas de Inteligência em nível federal e os Sistemas de Inteligência em nível estadual, com seus respectivos Subsistemas. Nos Subsistemas de Inteligência, a Agência Central será subordinada, em primeiro grau hierárquico-funcional, ao Chefe da Instituição a que pertencer e as Agências Centrais são:

- a) Unidades indivisíveis, constitutivas dos Sistemas de Inteligência estadual, responsáveis pelos conhecimentos penitenciários.
- b) Unidades mistas, constitutivas dos Sistemas de Inteligência federal, responsáveis pelos conhecimentos de Inteligência.
- c) Unidades indivisíveis, constitutivas dos Sistemas de Inteligência federais ou estaduais, responsáveis pelos conhecimentos de Inteligência.
- d) Unidades indivisíveis, constitutivas dos Sistemas de Inteligência municipal, responsável pelos conhecimentos de Inteligência.
- e) Unidades ativas, constitutivas dos Sistemas de Inteligência federais ou estaduais, responsáveis pelos conhecimentos de Inteligência.

QUESTÃO 06 – O Sistema de Inteligência e seus subsistemas estabelecem ligações entre as Agências Centrais através do Canal Técnico que, em absoluto, não se confunde com o Canal de Comando. O Canal de Comando ou Hierárquico estabelece as ligações, fundamentalmente de natureza hierárquica, entre as chefias dos organismos que compõem a instituição. Naturalmente, as Agências Centrais subordinam-se ao:

- a) Chefe da Casa Civil do Estado.
- b) Superintendente do Sistema Penitenciário.
- c) Diretor da Unidade Penitenciária.
- d) Chefe da Instituição a que pertence organicamente.
- e) Chefe dos Agentes Prisionais.

QUESTÃO 07 – A atividade de IPEN centra-se na produção e na salvaguarda de conhecimentos utilizados em uma tomada de decisão ou em apoio às instituições de Segurança Pública. Para o correto exercício da IPEN, é imperativo o uso de:

- a) Metodologia própria, de procedimentos específicos e de técnicas acessórias voltadas para a produção do conhecimento, excluídas a prática de ações meramente intuitivas e a adoção de procedimentos sem orientação racional.
- b) Meios de comunicação para contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- c) Metodologia que garanta a produção de conhecimento no âmbito do sistema criminal.
- d) Representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito.
- e) Urbanidade e respeito no trato com os condenados

QUESTÃO 08 – É a fase do Ciclo de Produção do Conhecimento (CPC) na qual são ordenadas de forma sistematizada e lógica, as etapas do trabalho a ser desenvolvido, estabelecendo o objetivo ou necessidades, prazos, prioridades e cronologia, definindo os parâmetros e as técnicas a serem utilizadas, partindo-se dos procedimentos mais simples para os mais complexos:

- a) Execução
- b) Planejamento
- c) Avaliação
- d) Monitoramento
- e) Estratégia